



## “MENINAS TAMBÉM SABEM PROGRAMAR”: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM PROJETO SOBRE GÊNERO E INFORMÁTICA NO ENSINO MÉDIO

### “Girls also Know How to Code”: Experience Report of a Project on Gender And Informatics in High School

Vanessa Petró\*

**Resumo:** Esse artigo consiste no relato de um projeto de ensino realizado na disciplina de Sociologia com estudantes de um curso técnico em Informática integrado ao ensino médio. Ao abordar a temática das desigualdades sociais, pretendemos compreender as desigualdades de gênero a partir da inserção das mulheres na área da informática. Além disso, buscamos resgatar a história de cientistas da computação que contribuíram para o desenvolvimento da área e promover a escuta de mulheres estudantes e profissionais da área; buscando entender o espaço que elas ocupam nesse cenário e como se sentem pelo fato de serem mulheres e atuarem em um setor que, em geral, tem presença predominantemente masculina. O projeto desenvolveu-se a partir de estudos teóricos sobre as desigualdades, da análise de dados sobre a desigualdade de gênero e sobre a inserção das mulheres na informática. A partir das discussões em aula, surgiu a proposta de realizar uma exposição sobre cientistas da computação e também de fazer um documentário com narrativas de mulheres atuantes na informática. A realização da atividade possibilitou aos envolvidos uma reflexão mais profunda sobre o tema e o despertar para a identificação de situações de desigualdade e de discriminação de gênero, desencadeando a necessidade da continuidade de ações para discutir esse tema.

**Palavras-chave:** Gênero. Informática. Ensino.

**Abstract:** This article consists of a report from a teaching project developed in the Sociology discipline with students from a technical computer course integrated with high school. In addressing the theme of social inequalities, we intend to understand gender inequalities from women insertion in the information technology area. In addition, we seek to retrieve the history of female computer scientists who contributed to the development of this area and promote the listening of women students and professionals in the area; aiming to understand the place they occupy in this scenario and how they feel about the fact they are women and work in a sector that, in general, has predominantly male presence. The project was developed from theoretical studies on inequalities, from data analysis on gender inequality and from the inclusion of women in information technology. From the discussions that took place in class, the proposal was to hold an exhibition on female computer scientists emerged, and also to record a documentary showing narratives of women working in computer science. The development of this activity enabled those involved to reflect more deeply on the topic and to awaken in order to identify situations of inequality and gender discrimination, triggering the need for following up with actions that promote discussion about this topic.

**Keywords:** Gender. Computing. Teaching.

---

\* Professora de Sociologia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS/Campus Feliz), doutora em Sociologia pela UFRGS. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9123-1274>. E-mail: [vanessapetro@gmail.com](mailto:vanessapetro@gmail.com)



## 1 Introdução

O presente artigo relata a experiência desenvolvida na disciplina de Sociologia II do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio do *Campus Feliz*, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS). O objetivo da ação foi possibilitar à turma a compreensão das desigualdades de gênero a partir da inserção das mulheres na área da informática, promovendo a relação entre aspectos macro sobre o assunto e a análise de situações do contexto vivenciado pela turma.

Nessa modalidade de curso há a preocupação de articular a educação profissional técnica de nível médio ao ensino médio, isto é, a área técnica às disciplinas propedêuticas, conforme prevê o decreto nº 5.154/2004 para a modalidade integrada. O fundamento básico subjacente a essa concepção é o de uma educação que ultrapasse o objetivo propedêutico de preparar para o ingresso no ensino superior ou, ainda, a ideia de exclusivamente preparar, tecnicamente, para o mundo do trabalho. Portanto, fundamenta-se na compreensão da educação como uma totalidade social (CIAVATTA; RAMOS, 2012). Tal concepção de educação possui um fundamento voltado para a formação integral do indivíduo. É nesse contexto que disciplinas da área de humanidades, dentre elas, a Sociologia, são inseridas nos currículos.

Embora já tenhamos passado dos dez anos da reinserção da disciplina de Sociologia no currículo do Ensino Médio através da lei nº 11.684/2008 (STEMPKOWSKI, 2010), há ainda desafios a serem enfrentados. Entre as principais questões que se colocam estão a precária formação dos professores; sobretudo, porque de forma muito frequente os titulares da disciplina não têm formação na área de Ciências Sociais, a alta carga horária dos professores da rede pública estadual e os baixos salários. Tais problemas podem se relacionar a dificuldades para abordar os temas específicos da disciplina, para escolher metodologias adequadas e em relação à forma como a importância deste componente curricular é apresentada à comunidade escolar (PEREIRA, 2009).

Documentos do Ministério da Educação estabelecem objetivos e indicam temáticas que devem compor o currículo. Entretanto, a construção do currículo de Sociologia nas escolas enfrenta desafios pois, muitas vezes, eles são inadequados; e, em outras situações, os professores não os seguem ou se sentem desorientados em relação àquilo que precisa ser ensinado (PEREIRA, 2007).

A Sociologia possibilita que estudantes decifrem conceitos sociológicos que estão presentes no cotidiano e também os relacionem com a vida concreta. Assim, podemos afirmar que o seu papel no ensino médio é o de desenvolver, nos estudantes, a imaginação sociológica, nos termos descritos por Mills (1969); o que leva a um distanciamento de explicações a partir da perspectiva do senso comum (PEREIRA, 2007). Ao lado disso, as Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 2000) apontam para o desenvolvimento da cidadania, visando a real possibilidade de transformação social, para uma sociedade mais justa e solidária.

Nas análises sobre a Sociologia no currículo escolar são recorrentes os posicionamentos como o de Pereira (2007), que enfatiza a necessidade de abordar os conteúdos de Sociologia de maneira contextualizada com a realidade discente. Assim, também as metodologias de ensino devem ser variadas e é salutar que o sejam, mantendo coerência dentro da proposta de ensino adotada por cada docente e sem se distanciar da seriedade necessária na abordagem dos conteúdos.

Com base nesses pressupostos e observações é que se fundamentou a proposta de ensino apresentada nesse artigo, abordando a temática de gênero e articulando-a à área da Informática.

O espaço ocupado pelas mulheres na Informática foi uma questão que emergiu nas aulas de Sociologia II do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, do *Campus Feliz*, ao estudarmos tal conceito e as desigualdades de gênero.

A redução do número de meninas no curso, desde que passaram a ser ofertados cursos integrados em outras áreas, chama a atenção. Sabemos que a questão da baixa presença feminina em cursos de tecnologia não é peculiaridade do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio do *Campus Feliz*.

Nas áreas de Ciência e Engenharia da Computação, podemos observar níveis muito baixos de mulheres. Segundo a Fundação Nacional de Ciência dos Estados Unidos, menos de 20% dos bacharelados em Ciência da Computação foram para mulheres entre meados de 2005 e 2010. Já no Brasil, durante o mesmo período, esses números caíram para menos de 10%, segundo dados da Universidade de São Paulo (USP). Em 2017, no Brasil, vimos um pequeno aumento: 13,66% (SANTOS, 2018).

A partir das discussões desencadeadas pela turma, observamos uma compreensão limitada dos motivos pelos quais isso ocorre e das possibilidades de problematizar para buscar amenizar duas questões: 1) a baixa presença de meninas nos cursos, e 2) a discriminação de gênero que ocorre em relação às estudantes e profissionais da área. Tais aspectos foram trabalhados ao longo do projeto.

## 2 Contextualização: desigualdade de gênero e tecnologia

O interesse de estudantes pela formação superior em cursos da área de Computação e suas tecnologias cresceu nos últimos anos. Conforme dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP) por meio do Censo (SBC, 2017), enquanto, em 2001, foram identificadas pouco mais de 100.000 matrículas; em 2017, as matrículas passavam das 300.000.

Uma realidade diferente é encontrada quando são analisados dados sobre estudantes que concluem os cursos, um número que é cada vez menor. Na comparação entre os anos de 2016 e 2017 os dados apontam que, embora o número de matrículas tenha aumentado em 7.81%, o número de concluintes reduziu em 4.84%. Assim, os cursos na área de Computação são caracterizados por incremento anual de matrículas e redução na mesma frequência de concluintes (SBC, 2017).

Uma análise sobre os dados fornecidos pelo INEP foi elaborada pela Sociedade Brasileira de Computação (SBC, 2017) considerando a variável 'gênero'. Neste caso, identificamos uma situação desigual em todos os quesitos. O número de mulheres matriculadas nos cursos é muito menor que o número de homens. Enquanto, em 2001, as mulheres matriculadas representavam 24% do total; em 2017, representavam apenas 14%.

A mesma situação é verificada quando são analisados os números de ingressantes e concluintes. Em 2017, o número de alunas ingressantes representava 13,8% do total; um número pequeno quando comparado ao ano de 2008, quando o percentual chegou ao seu valor histórico máximo de 40%. Neste mesmo panorama, o número de alunas concluintes vem diminuindo desde 2001, quando representava 31,8%; até chegar em 2017, representando apenas 15,4%.

Assim, a partir dos dados fornecidos pelo INEP sobre os cursos da área de Computação e suas tecnologias, pode-se concluir que o interesse pelos cursos e o próprio número de cursos ofertados vêm crescendo. Porém, a presença de mulheres nesses cursos vem sendo cada vez

menor e com menor sucesso. Conforme Koch, Muller, Sieverding (2008), esta disparidade também se manifesta na forma como os indivíduos se comportam frente a sua própria formação. Um estudo realizado na Alemanha (n = 86, idades entre 16 e 21 anos) verificou que, enquanto os homens tendem a imputar seu insucesso na realização de tarefas a problemas técnicos do dispositivo computacional utilizado, as mulheres tendem a acreditar que são elas próprias que não têm capacidade de realizar tais tarefas.

Partindo deste cenário, muitos são os projetos e programas que têm sido criados e fortalecidos com o objetivo de promover a participação de mulheres na área de Tecnologia da Informação, seja estimulando o seu ingresso ou a sua permanência. Neste contexto, o Programa Meninas Digitais, oficializado pela Sociedade Brasileira de Computação em 2011, tem por objetivo aproximar meninas do ensino fundamental e médio da área de Computação.

As ações realizadas pelo Programa Meninas Digitais são promovidas por projetos parceiros, intitulados como *sisters*, que podem estar ligados a iniciativas de pesquisa, extensão ou ensino. Conforme o relatório do programa, para os anos 2018 e 2019 existiam mais de 70 projetos parceiros distribuídos por todo território nacional (RIBEIRO; MACIEL, 2019). Além disso, há 297 voluntários participando dos projetos que atenderam no último ano a um público de 4.688 estudantes. Também é importante destacar que as ações são realizadas, em sua maioria, em parceria com escolas, mas há também ações em parceria com diferentes ramos da indústria.

A influência da cultura patriarcal é ponto central para identificar o lugar ocupado pelas mulheres no campo da Ciência e da Tecnologia. Tal espaço foi caracterizado, ao longo da história, pela limitação ao acesso ao conhecimento, pela dificuldade de reconhecimento pelos seus feitos e por desigualdades no campo profissional. Falar em Ciência, Tecnologia e Gênero é tratar sobre a divisão sexual do trabalho nesses espaços e de como a comunidade científica, por exemplo, endossa formas de segregação de gênero. Podemos incluir aqui o papel que a escola vem tendo na perpetuação dessas ideias.

No interior da escola, também estão expressas diferenças de gênero que geram desigualdades e discriminação. Carvalho (2009) indica que o reconhecimento sobre comportamento e desempenho diferentes entre meninos e meninas sempre estiveram presentes nas suas investigações, sem gerar surpresas ao abordar o assunto, por exemplo, do fracasso escolar mais presente na trajetória escolar de meninos. A imagem de boa aluna está associada, em geral, às meninas; reproduzindo, assim, já um estereótipo de gênero que atua sobre os corpos, definindo as meninas/mulheres como mais tranquilas, dóceis etc.

O caráter de gênero está expresso nas justificativas para o desempenho, pois enquanto as meninas têm bom desempenho pelo seu esforço, o desempenho baixo dos meninos é justificado pelo comportamento (CARVALHO, 2009). Essa ideia sustenta-se sob o ponto de vista de que os meninos são mais inteligentes, mas seu comportamento inquieto não lhes ajuda a ter bom desempenho. Há estudos que apontam a preferência de docentes por ensinar meninos, os quais seriam considerados mais inteligentes, e também destacam a responsabilidade das meninas, embora prefiram despende mais tempo para ensinar meninos. Em síntese, para as meninas, faltaria uma postura ativa e estimulante (CARVALHO, 2009).

Carvalho (2009) ainda aponta o destaque dado pelos professores entrevistados ao cuidado com os materiais, a exemplo do caderno, e a postura nas aulas, materializando-se aí uma compreensão de gênero. As meninas teriam os cadernos mais cuidados e coloridos, mas a postura passiva e submissa, enquanto que os meninos possuiriam uma capacidade maior de “se impor” nas aulas.

É possível apreender de tais análises que, embora os dados sobre acesso e sucesso escolar indiquem vantagem das meninas sobre os meninos, existem estereótipos de gênero que se reproduzem nas práticas escolares e que podem produzir efeitos sobre a inserção social de meninos e meninas.

Ao pensar a desigualdade de gênero no âmbito da escolarização precisamos considerar que as mulheres têm apresentado desempenho escolar superior ao dos homens. Trata-se do reflexo da reversão do hiato de gênero que vem ocorrendo desde meados do século XX no Brasil (ROSEMBERG, 2001). Portanto, não estamos tratando aqui de uma desvantagem das mulheres e meninas no acesso à escola ou no sucesso escolar. Conforme proposto por Rosemberg (2001), há que se questionar se a dominação de gênero possui contornos equivalentes em todas as instituições sociais.

Tal constatação não inviabiliza nossa discussão, mas a complexifica, no sentido de que nos propomos a discutir a inserção de meninas em uma área do conhecimento que é predominantemente ocupada por homens. Assim, o desempenho escolar delas pode ser satisfatório, mas cabe questionarmos se elas são percebidas em situação de igualdade para desempenhar as tarefas características da área.

No que se refere ao mundo do trabalho, não podemos ignorar que há, claramente, ainda uma configuração de profissões nas quais podemos perceber uma presença maior de mulheres ou homens. No que tange à “economia do cuidado” (nesse domínio, encontramos as formas de trabalho mercantil, mas também as não-mercantis), temos a maior parcela ocupada por mulheres (GUIMARÃES, 2016).

Segundo Guimarães (2016), as políticas macroeconômicas implementadas no Brasil nas últimas décadas, mesmo com um tom de inclusão social, estiveram assentadas na desigualdade salarial entre homens e mulheres, sobretudo, no trabalho informal. Além disso, as mulheres ainda se veem diante da necessidade de conciliar o trabalho remunerado com as atividades domésticas.

As desigualdades atingem também a área da Informática, inclusive porque é ocupada por um número maior de homens, conforme já apontamos. Outra ideia, ou nesse caso, um mito ligado ao setor é de que ele seria marcado por postos de trabalho excepcionais, como podemos encontrar em Antunes e Braga (2009). Nessa obra, temos a defesa da ideia de que existem postos de trabalho de fato bastante valorizados, mas também outros muito precarizados. Entre os primeiros, estariam os desenvolvedores de *softwares* e, entre os últimos, os atendentes de *telemarketing*.

Nas últimas décadas, estivemos diante de uma feminização do mundo do trabalho, o que se reproduziu no setor de prestação de serviços e, em especial, no teleatendimento. Esse, também, é o segmento que se constitui como a principal porta de entrada das jovens trabalhadoras no mundo do trabalho. Aproximadamente 70% da força de trabalho nos *call centers* é feminina, e 45% de jovens entre 18 e 25 anos (NOGUEIRA, 2009). Portanto, conforme afirma Nogueira (2009), no setor da tecnologia, a precarização do trabalho também tem sexo, atingindo diretamente as mulheres.

### 3 Relato da experiência

O projeto de ensino aqui apresentado foi desenvolvido na disciplina de Sociologia com o segundo ano do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio. A turma é composta por trinta e quatro estudantes, sendo dez meninas.

O tema central que desencadeou os estudos realizados foi o de estratificação social, perpassando a discussão pelo conceito de classe social e pelas desigualdades sociais, sendo que a ênfase foi para as desigualdades de gênero. O projeto de ensino consistiu em quatro momentos: a) estudo sobre o conceito de gênero, b) desigualdades de gênero, c) as mulheres na ciência e na tecnologia e d) realização de um documentário – “Mulheres na Informática” – e de uma exposição – “Mulheres na Ciência e na Tecnologia”.

A primeira etapa da atividade consistiu na discussão teórica sobre o conceito de gênero, que foi realizada a partir da perspectiva de Scott (1995), de que gênero é uma categoria relacional e não identitária. A autora tem a preocupação de trazer uma perspectiva histórica para o conceito de gênero, criticando as análises descritivas e que se embasavam em traços de caráter ou sexuais. O termo ‘gênero’ é utilizado como uma maneira de referir-se à organização social da relação entre os sexos. Gênero “é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos” (SCOTT, 1995, p. 86), mas também é “uma forma primária de dar significado às relações de poder”. “O gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado” (SCOTT, 1995, p. 88).

Ao longo da história, nossa cultura vem definindo papéis sociais para homens e mulheres desempenharem. A socialização de gênero se dá pelo aprendizado dos papéis de gênero por meio da interação com agentes sociais; tais como a família, o grupo de pares e os meios de comunicação. Homens e mulheres são educados, em geral, de maneiras diferentes em sua infância. Normalmente, os meninos são instruídos a atividades que requerem maior esforço físico (como os esportes) e jogos eletrônicos. Essas atividades podem auxiliar no desenvolvimento do raciocínio lógico. Por sua vez, as meninas são guiadas a atividades que não requerem tanto esforço físico e nem tanto raciocínio lógico, ao contrário dos meninos, sendo voltadas mais para as atividades relacionadas ao cuidado.

O poder maior que os homens ainda exercem em várias esferas da nossa sociedade pode ser explicado a partir da forma como a cultura molda as pessoas e na constituição de uma cultura machista. Através de diversos processos históricos, as mulheres vêm, cada vez mais, se desprendendo dos construtos sociais associados ao seu gênero. Assim, adentrando em diversas áreas, por exemplo, a do trabalho, evidenciando uma quebra das limitações impostas pelo determinismo biológico.

Afirmar que os diferentes papéis desempenhados por homens e mulheres são definidos pela cultura não significa que eles não possam ser alterados para que se construa a igualdade de direitos e ninguém seja discriminado por ser quem é ou pela profissão que desempenha, pressupostos básicos dos direitos humanos. Nesse momento, a discussão de gênero foi articulada a outros temas já aprofundados em outros momentos pela turma, como a noção de que a cultura é dinâmica (LARAIA, 2006).

O segundo momento da atividade consistiu em refletir sobre as desigualdades de gênero, com enfoque no mundo do trabalho. Muitas mudanças já ocorreram, mas as mulheres, atualmente, ainda enfrentam diversas dificuldades no mundo do trabalho, tendo em vista as desigualdades salariais e a dificuldade de acesso a altos cargos (IBGE, 2018). Temos, ainda, o déficit de mulheres em cargos políticos ou no parlamento, em cargos científicos, empresariais, tecnológicos e segurança, contrastando com uma maioria de mulheres em áreas como enfermagem e educação. Além disso, a mulher ainda acaba por acumular algumas funções domésticas assimiladas culturalmente como se fossem de sua obrigação.

O terceiro momento da reflexão abordou a desigualdade de gênero na área da informática. Inicialmente, a ideia de o computador ser usado para cálculos e processamento de dados fez com que a sua área fosse bastante associada à função de secretária; o trabalho com os

computadores era braçal e repetitivo, então acabava sendo realizado majoritariamente por mulheres. Após 1984, foram lançados computadores com materiais de divulgação voltados para o público masculino, iniciando o desinteresse das mulheres pela área. Quando surgiram, os computadores pessoais foram primordialmente utilizados pelos meninos, voltados para os jogos. Quando a profissão tornou-se mais rentável economicamente, ela já estava marcada pela maior presença de homens (SANTOS, 2018).

A figura do *nerd* associada a homens, o baixo incentivo na área de exatas no ensino fundamental e a falta de divulgação de modelos femininos têm sido apontadas como fatores que levam à pequena participação das mulheres na área de informática (SANTOS, 2018).

Ao longo da história da informática, pouco se valorizou a participação das mulheres. Um exemplo característico é o das mulheres que, durante a Segunda Guerra Mundial, trabalharam para programar o primeiro computador totalmente eletrônico e digital, o *Electronic Numerical Integrator and Computer*, conhecido como ENIAC. O trabalho das seis mulheres<sup>1</sup> só foi reconhecido aproximadamente cinquenta anos mais tarde (ENIAC PROGRAMMERS, 2019).

No que se refere à realidade do Curso, temos uma presença maior de meninos matriculados em todas as turmas já constituídas. Até o início do ano de 2020, seis turmas concluíram o curso, compreendendo um total de 149 estudantes, sendo que, destes, 42 eram meninas. Chama a atenção a turma com ingresso em 2019, que dentre os 34 alunos, havia apenas duas meninas.

Nas primeiras conversas com a turma foi possível identificar que muitos dos alunos e das alunas compreendiam as desigualdades de gênero que constituem a área da Informática, mas quase nenhum deles e delas conseguiam identificar formas de discriminação de gênero no *Campus* ou na sua turma. Constituímos, a partir disso, um espaço de discussão para problematizar situações relacionadas a esse tema, pensando, por exemplo, sobre a presença menor de meninas no Curso e sobre possíveis situações de discriminação, como o fato de as meninas não serem consideradas boas programadoras ou serem levantadas dúvidas sobre suas capacidades para desenvolver tarefas técnicas; ou em situações em que desenvolviam alguma atividade de forma autônoma, pesquisando, por exemplo, linguagens de programação ainda não estudadas no Curso. Aqui, podemos perceber que há relação com o que Carvalho (2009) apontou sobre as diferenças que docentes atribuem ao desempenho de meninos e meninas em sala de aula.

Com o objetivo de (re)conhecer o trabalho de mulheres na área da informática, a última etapa do projeto consistiu na elaboração de material audiovisual que foi exposto na VIII Mostra Técnica do *Campus* Feliz/IFRS. A turma realizou um levantamento de mulheres que contribuíram para a área da informática ao longo da história. Posteriormente, foram selecionadas dezessete dessas mulheres para ilustrar cartazes com a imagem das mesmas e seus principais feitos, compondo a exposição “Mulheres na Ciência e na Tecnologia”, conforme a figura 1.

---

<sup>1</sup>Kathleen McNulty, Jean Jennings Bartik, Frances Synder Holber, Marlyn Wescoff Meltzer, Frances Bilas Spence e Ruth Lichterman Teitelbaum.



Figura 1 – Exposição “Mulheres na Ciência e na Tecnologia”, elaborada pela turma.



Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

Além do referido levantamento, a turma recebeu a atribuição de entrevistar mulheres profissionais na área da informática na região, com o intuito de elaborar um documentário sobre os motivos para a escolha da profissão e seus desafios, com ênfase para a percepção das mesmas sobre desigualdades de gênero.<sup>2</sup>

A proposta inicial era entrevistar apenas profissionais. Entretanto, a turma encontrou dificuldades para identificar essas profissionais na região. Assim, abrimos a possibilidade de incluir as estudantes do Curso; sobretudo, aquelas que já realizam o estágio obrigatório. A dificuldade da turma em identificar as profissionais na região também é um indicador importante da invisibilização das mulheres profissionais na área.

No total, foram entrevistadas dezessete mulheres: uma professora do Curso, uma professora universitária, uma professora de curso de informática da região, uma gerente de projetos de uma multinacional da área de informática, oito estudantes do Curso que já realizaram o estágio curricular obrigatório, uma estudante do início do Curso, uma egressa de um curso técnico em informática e três profissionais que atuam em empresas de tecnologia da região.

O processo de escuta dessas mulheres sinalizou a existência de formas de desigualdade e discriminação de gênero. Entre as situações relatadas está a dificuldade de promoção na carreira; o questionamento sobre a capacidade técnica; a necessidade constante de ter que provar que é capaz de desenvolver algo; não serem consideradas profissionais da área, mas assistentes, recepcionistas ou secretárias; a recusa para vagas de estágio por serem mulheres; serem taxadas de bravas quando apresentam sua opinião; a representatividade feminina restrita na área; a dificuldade das meninas reconhecerem o curso como um lugar também para mulheres; a propagação de piadas machistas e situações de assédio moral e sexual. Em alguns

<sup>2</sup> O documentário “Mulheres na Informática” está disponível no endereço eletrônico a seguir: <https://www.youtube.com/watch?v=LpukPHNbyiM>.



casos, elas afirmaram não terem sido discriminadas ao longo da sua carreira, mas reconhecem a existência do preconceito.

Ao passo que a turma foi realizando as entrevistas e compartilhando seus resultados, foi possível perceber que ela começou a despertar em direção ao reconhecimento das situações de discriminação de gênero que ocorrem, mas que não eram percebidas antes da atividade. Muitas meninas passaram a se reconhecer nas falas de outras mulheres. Tendo isso em vista, a atividade também se propôs a pensar em alternativas de combate às formas de desigualdade e de discriminação de gênero através daquilo que a literatura já apresenta e também de projetos, como o programa Meninas Digitais, desenvolvido pela Sociedade Brasileira de Computação.

#### 4 Considerações finais

Nos diferentes momentos do projeto, conforme os estudos e as discussões iam avançando, foi possível perceber como a turma apresentava facilidade em reconhecer que existem desigualdades de gênero, a exemplo de diferenças salariais e de maiores dificuldades para alcançar cargos de chefia. Entretanto, quando eram questionados(as) sobre a existência das desigualdades no Curso, afirmavam não existir.

Alguns estudantes demonstraram, inicialmente, dificuldade para compreender que a baixa procura de meninas pelo Curso de Informática está também relacionada à construção cultural da ideia de que essa área é masculina. Isso significa que, para os estudos sobre desigualdades de gênero, uma importante barreira a ser superada é o rompimento de ideias que estão naturalizadas, como a de que determinadas áreas “naturalmente” entram no rol de preferências de homens ou mulheres, como se isso não tivesse relação com construções sociais.

A realização da exposição e a exibição do documentário começaram a mobilizar, sobretudo, as alunas a pensarem mais sobre a variável ‘gênero’ no espaço acadêmico e de trabalho, e a identificarem situações de discriminação. Nesse sentido, emergiu a necessidade de desenvolver alguma ação a fim de trabalhar com tais questões emergentes e, assim, iniciamos a formação de um grupo ligado ao projeto Meninas Digitais, envolvendo estudantes do curso que passarão a problematizar essas questões e também a desenvolver atividades, visando ao aumento da participação de meninas no curso e à redução da discriminação de gênero.

A atividade planejada para abordar o conteúdo sobre desigualdade social foi capaz de extrapolar os limites da sala de aula, mobilizando pessoas a pensarem na temática de gênero a partir do campo acadêmico e do mundo do trabalho. Um primeiro resultado importante da ação é a visibilidade da questão de gênero, pois não podemos combater formas de discriminação se não reconhecermos sua existência.

Além do estudo desenvolvido em sala de aula, como projeto de ensino, a temática terá, a partir de agora, continuidade com um projeto de pesquisa e outro de extensão, ambos com a participação de estudantes do Curso. A continuidade do estudo sobre o tema e a promoção de ações ligadas a ele atendem ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que é uma das diretrizes de atuação dos Institutos Federais.

#### Referências

ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (org.). **Infoproletários**: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.

BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004.** Regulamenta o ensino médio e a educação profissionalizante. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm)> Acesso em: 20 dez. 2019.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio + Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília, 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/CienciasHumanas.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2020.

CARVALHO, Marília Pinto de. **Avaliação escolar, gênero e raça.** São Paulo: Papyrus Editora, 2009.

CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. Ensino Médio Integrado. In.: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

ENIAC PROGRAMMERS PROJECT. 2019. Disponível em: <<http://eniacprogrammers.org/>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

GUIMARÃES, Nadya Araujo. A igualdade substantiva e os novos desafios nas relações de gênero no trabalho. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 2, n. 24, maio-ago. 2016. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2016000200639&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2016000200639&script=sci_abstract&tlng=pt)> Acesso em: 15 jan. 2020.

KOCH, Sabine C.; MULLER, Stephanie M.; SIEVERDING, Monica. Women and computers: effects of stereotype threat on attribution of failure. **Computers and Education**, v. 51, n. 4, 2008. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0360131508000821>> Acesso em: 15 jan. 2020.

IBGE. Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil. **Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica**, n.38, 2018. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf)> Acesso em: 20 nov. 2019.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico.** 20.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

MILLS, Wright. Charles. **A imaginação sociológica.** 2.ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1969.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. As trabalhadoras do telemarketing: uma nova divisão sexual do trabalho? In.: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (org.). **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual.** São Paulo: Boitempo, 2009.

PEREIRA, Luiza Helena. Por uma sociologia da sociologia no Ensino Médio. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 14, 2009, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2009.



PEREIRA, Luiza Helena. Qualificando futuros professores de sociologia. **Mediações**, Londrina, v. 12, n. 1, p. 143-158, jan.-jun. 2007. Disponível em:  
<<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/3393/2763>> Acesso em: 15 jan. 2020.

RIBEIRO, Karen S. F. M.; MACIEL, Cristiano; BIM, Sílvia Amélia. Relatório do Programa Meninas Digitais para o período 2018-2019. **Sociedade Brasileira de Computação: Relatório**. Porto Alegre, 2019, 12 p. Disponível em:  
<<http://meninas.sbc.org.br/index.php/2019/07/17/relatorio-tecnico-do-periodo-2018-2019/>> Acesso em: 15 jan. 2020.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação formal, mulher e gênero no Brasil contemporâneo. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 515-540, jul.-dez. 2001. Disponível em:  
<<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8638.pdf>> Acesso em: 15 jan. 2020.

SANTOS, Carolina Martins. Por que as mulheres “desapareceram” dos cursos de computação? **Jornal da USP**. 2018. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/universidade/por-que-as-mulheres-desapareceram-dos-cursos-de-computacao/>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

SBC. Sociedade Brasileira de Computação. **Educação Superior em Computação Estatísticas**, 2017. Disponível em: <http://www.sbc.org.br/documentos-da-sbc/summary/133-estatisticas/>. Acesso em: 11 dez. 2019.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul.-dez. 1995.

STEMPKOWSKI, Ivete Fátima. **A influência social na construção do conhecimento: a formação dos currículos de sociologia no ensino médio**. 2010. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

Recebido em março de 2020.

Aprovado em maio de 2020.